

**DOS VESTÍGIOS AO TEMA DE ESTUDO:  
O CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA SOBRE A *ESCOLA MIXTA*  
*DA IMPERIAL FAZENDA DE SANTA CRUZ***

Adriana Valentim Beaklini  
[adrianabeaklini@hotmail.com](mailto:adrianabeaklini@hotmail.com)

Profª Drª Nailda Marinho da Costa Bonato (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

**PALAVRAS-CHAVE:** *Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz*, História da Educação, História das Instituições Escolares, ensino profissional.

A presente comunicação faz parte das inquietações na elaboração da pesquisa para o curso de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e pretende desvelar o processo de construção do “fazer” do pesquisador na busca e tratamento das fontes. A localização em alguns textos de apenas um breve relato sobre a *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* relacionando essa instituição escolar como sendo criada pelo Imperador Pedro II para atender a crianças negras do Curato de Santa Cruz gerou inúmeras perguntas que emergiram deste vestígio. Como por exemplo: onde estão os indícios da existência desta instituição? Porque esse estabelecimento de ensino está tão pouco presente na produção acadêmica? Qual seria seu público alvo?

A escola em questão estava localizada dentro da Fazenda de Santa Cruz, no Curato de Santa Cruz no Rio de Janeiro. Essa Fazenda contava com grande número de escravos e libertos, cabeças de gado, diversos tipos de cultivos e o manejo de técnicas avançadas. A instituição escolar tinha como objetivo o ensino profissional observado pelo ensino de ofícios através de diversas oficinas concomitante com o ensino propedêutico. Ela se inseria no contexto dos debates acerca do fim da abolição, do projeto de civilização almejado para o Brasil e o direcionamento da população excluída para uma atividade produtiva. O ensino profissional, portanto, foi uma das propostas de inclusão de algumas parcelas da população (pobres, vadios, negros, etc) nesta proposta de “civilização”.

**Do vestígio ao tema de pesquisa: o caminho percorrido**

Carlo Ginzburg (1989) aborda a questão do “fazer história” apontando para o paradigma indiciário. A partir da análise do ofício de um crítico de arte (Morelli), um

personagem de história de suspense (Sherlock Holmes) e de um psicanalista (Freud), o autor aponta a importância das pistas, dos indícios, dos vestígios na construção de uma análise mais profunda da realidade vivida, pois o conhecimento do médico ou do historiador é indireto e mediado pelo paciente ou pelo documento. Assim como na medicina que através dos sintomas é possível elaborar diferentes diagnósticos, mas sem atingir a doença; na história, os documentos permitem que diversas interpretações do passado possam ser elaboradas, mas o objeto em si é inatingível, tecemos versões de um evento à luz do nosso presente sobre o passado.

Os caminhos de investigação de um pesquisador ou mesmo um médico ou um policial, são semelhantes. O médico, partindo de uma queixa de seu paciente, investiga através de exames clínicos e do relato do mesmo qual a possível doença e o tratamento correto. O policial, partindo de um delito, procura refazer os passos para identificar quem o praticou e o porquê. Já o pesquisador que tem como propósito analisar um objeto de estudo eleito por ele, também se utiliza de pistas que são deixadas no decorrer dos anos. Essas pistas ou vestígios são chamados de fontes.

Assim como Sherlock Holmes, deparamo-nos com uma breve frase durante a leitura dos textos para a elaboração da monografia do curso de especialização, que informava sobre a criação de uma escola, por D. Pedro II, no Curato de Santa Cruz, para os filhos dos servidores da Casa Imperial.

(...) fundaria, com suas próprias rendas, duas escolas destinadas a produzir homens para o trabalho manual, a primeira em 17 de janeiro de 1882, nas proximidades do Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, visando instruir os filhos de seus servidores, e a segunda, em 4 de setembro de 1885, expressamente aberta aos filhos dos antigos escravos da Côrte, na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (FONSECA, 1986, p.155)

A partir desta informação, observei através de pesquisa preliminar, que nos livros sobre História da Educação, poucos ou quase nenhum abordavam ou mesmo citavam tal instituição escolar. Luiz Antônio Cunha, no livro *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata* cita somente a escola localizada na Quinta da Boa Vista.

Sem serem órfãos, desvalidos, cegos ou surdos, os filhos dos escravos libertos da Coroa receberam, também, sua escola profissional. Em 1882 foi criada, para eles, a Escola Mista da Imperial Quinta da Boa Vista. (CUNHA, 2005, p.118)

A esse vestígio inicial, somado às inquietações acerca da educação e dos libertos no período imperial, começamos a busca nas instituições de guarda de acervos visando amearhar documentação para compreender melhor a proposta do Imperador para a *Escola Mixta na Imperial Fazenda de Santa Cruz*. Poderíamos dizer materializar esta escola, pois tudo indica que até então não tinha sido localizado nenhum documento provando a sua existência.

As fontes escritas ou orais são os instrumentos de embasamento da pesquisa. Por fontes entendemos todos os tipos de informação acerca do “vir a ser” social no tempo, ou seja, todo e qualquer vestígio ou marca. Podemos incluir nesta noção os canais de transmissão da informação, ou seja, as formas em que foram preservadas e transmitidas. Portanto, fazem parte das fontes históricas textos (em livros, papiros, guardanapos, jornais, revistas, etc), quadros, túmulos, fotografias, relatos, etc. É um universo infinito de documentação para realização da pesquisa histórica. As fontes podem ser comparadas às pegadas de um animal, ou seja, ela é uma marca de um evento que aconteceu em um determinado espaço-tempo.

...o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. (...) todo documento histórico é uma construção permanente. (KAMAL e TATSCH, 2011, p.12)

Jacques Le Goff, em seu texto consagrado *Documento/Monumento*, nos fornece instrumentais para pensar o documento dentro da estrutura de poder que permeia as escolhas de guarda e seleção das fontes. Segundo o autor, o monumento teria a característica de ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, nas sociedades históricas e assim o testemunho escrito teria uma importância pequena para ele. Já o documento, com o passar do tempo, evoluiu seu significado para “prova”, sendo apropriado no séc. XIX pela escola positivista, no sentido de prova histórica. O texto documental seria a fonte da verdade e o pesquisador deveria ter uma postura de distanciamento e objetividade na análise dessas fontes.

A Escola dos Annales no séc. XX amplia a noção de documento, apontando que a história se utiliza dos documentos escritos, mas que também podemos fazê-la quando os mesmos não existem. Essa modificação na forma de ver o documento permite que histórias até então consideradas com pouco prestígio sejam resgatadas, como por exemplo, a História do continente africano, onde a oralidade foi o meio utilizado por vários séculos para a difusão da memória dessas sociedades.

Mas Le Goff vai além, quando percebe o que transforma o documento em documento/monumento, ou seja, a utilização do documento pelo poder confere ao documento

a sua monumentalidade. O documento passa a ter uma dinâmica própria que deve ser desvelada, pois ele não é objetivo ou inócuo. Ele possui uma intencionalidade própria, dependendo de quem o produziu, para quem foi produzido e do por que foi selecionado e conservado. Afinal para cada documento preservado, milhares foram destruídos.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994, p.545)

O documento é produzido por um dado período histórico, dentro de uma racionalidade própria, com a intencionalidade de uma forma de pensar de quem o produz. Ele, portanto, reflete uma vontade da sociedade de transmitir uma imagem de si própria.

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (LE GOFF, 1994, p.548)

Sendo assim, o pesquisador não deve ser ingênuo, devendo analisar as condições de produção dos documentos/monumentos e não os tomando como verdade absoluta.

Segundo Kamal e Tatsch,

Todos eles (*pesquisadores*) enfrentam documentação ou adversa ou inteiramente silenciosa sobre o objeto desejado. O documento histórico é raramente “dócil”, “aberto” ou “fácil” (KAMAL e TATSCH, 2011, p.17)

A partir destas considerações iniciais, começamos a busca pela documentação desta instituição escolar em diferentes instituições de guarda da memória brasileira.

## **Busca e os documentos localizados**

Os dados iniciais para o início da pesquisa eram somente uma ou duas frases citadas em livros sobre essa instituição, relatando o ano de criação da mesma. Através da data da criação, foi possível localizar, junto ao acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, uma matéria no *Jornal do Commercio*, de 1885, descrevendo a escola e as comemorações acerca de sua inauguração. A matéria, do dia 26 de agosto de 1885, estava localizada numa secção chamada Gazetinha e tinha o título de *Escola da Imperial Fazenda de Santa Cruz*. Era um texto oficial de divulgação da instituição escolar. Ele informava sobre a localização, o espaço

físico, a mobília, e no final discriminava o custo total da construção, equipamentos e materiais didáticos.

Partindo dessa informação inicial, começamos a esmiuçar os acervos nas diversas instituições de guarda de documentos, na busca por maiores informações. O trabalho de pesquisa documental torna-se difícil, devido a grande fragmentação das fontes em diversos acervos e o curto tempo destinado para a elaboração da dissertação, além, é claro, da dinâmica interna de cada uma destas instituições, ou seja, a organização do acervo tem uma lógica própria, dependendo do objetivo final da detentora do acervo e as solicitações para a utilização dos documentos diferem de uma para outra. Uma biblioteca é diferente de um museu, que por sua vez é diferente de um arquivo. Graças à ajuda dos profissionais destas instituições que guardam a memória nacional, foi possível localizar preciosos documentos como fontes desta investigação.

A burocracia específica de cada instituição também é um entrave a vencer, por esse motivo a carta de apresentação fornecida pelo(a) orientador(a) vinculando a pesquisa a uma instituição e a uma finalidade, é de fundamental importância para legitimar a seriedade do trabalho desenvolvido.

Na Biblioteca Nacional, localizamos informações nos periódicos que, pode-se dizer, são o termômetro da tensão política que estava presente no final do século XIX. Localizamos também um folheto de 1886, intitulado *Officina na Escola*, de autoria do Dr. Pires de Almeida, elaborado especificamente para essa iniciativa do imperador.

É interessante notar que o autor deste folheto, Dr. Pires de Almeida, foi médico, formado no Rio de Janeiro e estudante de Direito por três anos em São Paulo. Foi arquivista da Câmara Municipal e adjunto da Inspeção de Higiene na Corte, onde trabalhou nos serviços de arquivo e biblioteca; e membro honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Ele publicou diversos livros, entre eles *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)* e *Higiene Moral – homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*.

O IHGB foi criado em 1838, com o apoio financeiro e concessão de privilégios pela Coroa, assumindo o controle da produção científica e tornando-se um importante lugar para a construção da memória nacional. Provavelmente por ser um membro deste órgão e um difusor das ideias da Coroa, o Dr. Pires de Almeida, logo na capa, rende homenagem a “Sereníssima Princesa Imperial e Senhora D. Isabel” e se propõe a dissertar sobre o ensino profissional posto em prática nas escolas particulares do Imperador.

A partir daí, uma nova dimensão da pesquisa é delineada, que é o tema do ensino profissional e como no contexto político-social da década de 1880 está impregnado pelo discurso do processo de civilização.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) localizamos livros tradicionais, escritos no século XIX, que abordam especificamente o Curato e a Fazenda de Santa Cruz. Livros de Primitivo Moacyr (*A Instrução e o Império*, de 1936 e *A Instrução e a República*, de 1941) e Benedicto Freitas (*Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial*, de 1985) que abordam a região de Santa Cruz, a Fazenda Imperial e as reformas educacionais, além dos livros de Celso Suckow da Fonseca (*História do ensino industrial no Brasil*, de 1986) que versa sobre a história do ensino profissional no Brasil.

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no Setor de Documentação Especial, localizamos, na Série Instrução Pública, alguns documentos que apontam sobre como estava distribuída a malha escolar na atual Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e ainda os conflitos gerados com a criação da *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*.

No Arquivo Nacional inicialmente poucos foram os documentos localizados na Série Casa Imperial, que versavam sobre solicitação de emprego para professores na escola imperial, ou do início das aulas. Mas em visitas subsequentes, aguardando para ser atendida e ocupando o tempo foliando os códices localizei um deles intitulado “Fazenda Nacional de Santa Cruz”. Esta consistia em um agrupamento de documentos referentes a administração da Fazenda de Santa Cruz, desde do momento que ela se torna propriedade da Coroa mas que estava identificado com o nome que foi conferido a ela no período republicano. Além de documentos sobre a administração da Fazenda no período imperial, localizamos relatos – que chamarei de impressões – do administrador sobre as crianças dessa localidade no contexto de criação da escola. E também foram localizadas cartas de alforria – mais de 150 – que libertaram os escravos em 1872, na ação da Coroa após a lei do Ventre Livre no sentido de mostrar o comprometimento da Família Imperial com a abolição da escravidão. Essas cartas nos fornecem dados como sobrenome, idade e ocupação, permitindo o cruzamento de informações com outras fontes, visando configurar o perfil populacional dessa área.

No Museu Imperial, localizado em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, encontramos principalmente os dados sobre a construção do prédio, pagamentos e – a preciosidade – o regulamento para o funcionamento da referida escola. Essa pesquisa foi a mais delicada, visto que o acervo do Arquivo do Grão-Pará está depositado no Museu Imperial e não foi doado pela Família Real, implicando que o mesmo ainda não pode receber

o tratamento devido e, portanto não está organizado tecnicamente, somente ordenado. Por esse motivo, foi necessário verificar todas as pastas que compõem este arquivo, que são aproximadamente quatrocentas pastas com número variado de documentos em cada uma delas. A solicitação para utilização desta documentação neste trabalho se deu junto a Companhia Imobiliária de Petrópolis<sup>1</sup>, onde também funciona o Antiquário da Princesa, ambos de propriedade da Família Imperial. Inicialmente foi realizado um inventário dos documentos pertinentes e com a lista pronta solicitou-se a autorização para reprodução e utilização dos mesmos na dissertação, através de um processo junto a esta instituição. Infelizmente, a autorização não foi apreciada a tempo da elaboração deste texto que não nos permitirá “lançar mão” de imagens deste acervo para ilustrar a narrativa.

A curiosidade de conhecer o espaço físico concreto de existência desta instituição escolar levou-nos a visitar Santa Cruz e o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH-ECOMUSEU) e foi muito produtiva essa visita. Primeiro porque permitiu compreender distâncias e o local que foi erguido o prédio. E segundo, porque tivemos o feliz encontro no acervo do NOPH com três sinos produzidos nas oficinas da *Escola Mixta da Fazenda de Santa Cruz* no ano de 1886 para a Igreja Matriz do Curato de Santa Cruz. Vestígio este que nos confirma a operacionalidade de oficinas já no ano seguinte de inauguração da escola. Outro presente foi exposição de um quadro – pintado por um artista local – que retrata a fachada da escola e localizar o que ainda resta da escola com a fachada bastante alterada, com partes do prédio que foram demolidas, e que hoje abriga o Fórum de Santa Cruz. Esse contato nos permite entender a sua localização privilegiada entre o Palácio Imperial e a estação de trens.

Não podemos deixar de ressaltar a importância da internet como ferramenta de busca que, através de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a biblioteca do Senado Federal, da Biblioteca Nacional Digital, entre outras, em que foi possível ter acesso ao texto completo de leis, do censo de 1872, de artigos, a imagens e tantos outros documentos.

Destacamos que no site do IHGB (<http://www.ihgb.org.br/>) foi possível fazer o download do artigo de José de Saldanha da Gama, de 1875, sobre História da Imperial Fazenda de Santa Cruz, que estava localizado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No site da Biblioteca Digital do Senado Federal (<http://www2.senado.gov.br/bdsf/>), encontramos para download um livro de Tarquinio de Sousa Filho<sup>2</sup> com o título de *O ensino tecnico no Brasil*, do ano de 1887. O livro faz uma

análise sobre o ensino profissional no final do século XIX e aborda as escolas particulares do imperador.

Os documentos já foram em algum momento selecionados, organizados ou sobreviveram às intempéries. Portanto, se no início da pesquisa, a grande angústia girava em torno da existência ou não de fontes, a preocupação agora está em escolher “como ver e ler” estes documentos que foram localizados. É possível que diversos outros estejam se deteriorando no fundo de algum arquivo (ou depósito, melhor dizendo) sem tratamento algum, demonstrando a incompletude desta pesquisa.

### **Dos questionamentos a uma abordagem teórica**

Do contato inicial até a busca abrangente de documentos através de pesquisas bibliográfica e documental procurando amearhar e conhecer o que existia sobre a *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*, diversos questionamentos permearam a construção do caminho escolhido para a análise desta instituição escolar.

A primeira refere-se ao próprio contexto de sua criação. Ela foi criada na segunda metade do século XIX (1885) e às expensas<sup>3</sup> do Imperador D. Pedro II, sendo caracterizada como uma escola particular. Toda a sua despesa era suprida pelo mesmo. Mas não faz parte das chamadas escolas do Imperador<sup>4</sup> criadas no Rio de Janeiro. Este foi um momento conjuntural de mudanças e questionamentos acerca da mão de obra (escrava/livre), da organização da rede escolar, das ideias acerca da ciência, dentre outros. Mas principalmente porque a Monarquia já sentia a República em seus calcanhares tanto que apenas quatro anos depois a mesma foi implantada, ou seja, este período já configurava a decadência do regime monárquico.

A segunda refere-se à localização dessa escola, visto que na época de 1885, ela estava localizada a mais ou menos 60 km do atual Centro do Rio de Janeiro. Considerada distante nos nossos dias, naquele momento então muito mais longe devido aos meios de transporte disponíveis – mesmo já tendo sido inaugurada em 1878 a estação de trem de Santa Cruz.

A terceira refere-se ao “currículo” da escola, o que era ensinado, visto que conjugava tanto o ensino de história, matemática, geografia, francês e outros, com o ensino de ofícios representado pelas oficinas de carpinteiro, marceneiro, ferreiro, alfaiate, etc.<sup>5</sup> Possuía uma proposta que se aproximava com os modelos de escolas técnicas nos dias de hoje (guardada as devidas proporções), onde o ensino propedêutico se conjuga com o ensino técnico.



E a quarta e última questão refere-se ao público alvo. O *Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* define que somente seriam aceitos meninas e meninos de 05 até 14 anos de idade, sem moléstias contagiosas. Segundo Celso Suckow, essas crianças seriam filhos dos antigos escravos da Corte. Este autor, no estudo sobre o ensino profissional no Brasil, afirma que o Imperador D. Pedro II,

(...) fundaria, com suas próprias rendas, duas escolas destinadas a produzir homens para o trabalho manual, a primeira em 17 de janeiro de 1882, nas proximidades do Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, visando instruir os filhos de seus servidores, e a segunda, em 4 de setembro de 1885, *expressamente aberta aos filhos dos antigos escravos da Corte*, na Imperial Fazenda de Santa Cruz. (FONSECA, 1986, p.155) (grifo nosso)

Se analisarmos o único censo realizado durante o período imperial - o Censo de 1872<sup>6</sup> - podemos verificar que o contingente de população livre e escrava considerada em relação às idades de 05 a 15 anos (presentes – população de fato) no Curato de Santa Cruz, foram as seguintes:

		05 a 10 anos	11 a 15 anos
HOMENS LIVRES	Branco	84	24
	Pardos	81	56
	Pretos	39	33
MULHERES LIVRES	Branco	41	83
	Pardos	70	59
	Pretos	32	68
HOMENS ESCRAVOS	Pardos	12	9
	Pretos	17	9
MULHERES ESCRAVAS	Pardos	7	4
	Pretos	15	6
TOTAL		398	351

Sendo que o total da população residente nesta área do Curato de Santa Cruz era de 2689 pessoas, ou seja, as crianças entre 05 e 15 anos, somando mulheres e homens, correspondiam a aproximadamente 28% do contingente populacional desta área. Destacamos que ao escravo<sup>7</sup> (homens e mulheres) era vetado o espaço escolar. Sendo assim, somente aproximadamente 3% do total da população de fato não poderiam frequentar uma instituição escolar. O número de pretos e pardos livres era superior ao de brancos. Seria esse um

indicativo da possibilidade dessa escola receber em seus quadros crianças negras e pardas, caracterizando a composição dos alunos dessa instituição escolar?

Diante destes questionamentos, quais teorias e autores poderiam permear a discussão sobre o tema? Dúvidas infinitas afloraram neste momento. Como olhar a documentação? Quais caminhos deveria seguir este trabalho? Deparei-me então com uma fala de Lucien Febvre que dizia:

... o objeto de nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio homem, considerado no seio dos grupos de que é membro. (FEBVRE, 1970 apud CARDOSO e BRIGNOLI, 2002, p. 349)

O Homem compreendido na sua relação com o Outro, portanto, a história como sendo essencialmente social e em constante movimento.

Frequentemente falamos em História Econômica, em História Política, em História Cultural, fragmentando a forma de fazer história. Mas não existem fatos exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou mesmo pode-se dizer que não existem essas divisões que, por exemplo, o econômico pode estar intimamente ligado ao cultural na explicação de um fato histórico.

A História Social faz a religação dos saberes, indo na contramão do século XIX e início do século XX, em que a especialização dos saberes era uma tendência. O ambiente que ela propõe é o interdisciplinar, dialogando com outras áreas do conhecimento. Ela nos remete à ideia de síntese dos vários aspectos relacionados a várias dimensões ou domínios historiográficos. Georges Duby afirma:

Que ela [a História Social] deixe de se considerar entretanto a seguidora de uma história da civilização material, de uma história de poder, ou de uma história das mentalidades. Sua vocação própria é a síntese. Cumpra-lhe recolher todos os resultados das pesquisas efetuadas, simultaneamente, em todos estes domínios – e reuni-los na unidade de uma visão global. (DUBY, 1971 apud BARROS, 2005, p.15)

Mas devemos ressaltar que trabalhar dentro da perspectiva da História Social envolve que o pesquisador tenha preocupações sociais em examinar o passado. Um exemplo seria a História da Arte, onde infinitos livros se dedicam a descrição de estilos artísticos ou uma sucessão cronológica de descrições das vidas dos principais artistas, sem compromisso em relacioná-los com o social.

O caráter de síntese, de visão global e totalizante, que a História Social possui em sua gênese foi questionado e uma nova forma de abordar este domínio foi elaborada, a micro-

história. A utilização da microanálise relaciona-se com a tentativa de distanciamento do modelo em geral aceito de uma história social que desde a origem assentou sua atuação no espaço macro.

...a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, neste ponto, valor de sintoma historiográfico. (REVEL, 1998, p.16)

Este método está relacionado com os procedimentos reais mais detalhados que caracterizam o trabalho do historiador, portanto, ela não pode ser definida somente em relação às microdimensões do objeto de estudo. Ela é uma forma de abordar o objeto de estudo a partir de uma lente de aumento do particular, articulando-o na sua relação com o geral. É a tentativa de construção de uma nova História Social que nota os indivíduos nas suas relações com outros indivíduos. Logo a ação social é entendida como o resultado de negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade unificadora que se impõe.

A Micro-História (...) escolhe como campo de observação um recorte micro-historiográfico – uma vida, um circuito de sociabilidade, uma prática social – e a partir desta gota d'água cuidadosamente escolhida busca enxergar algo do oceano inteiro. (BARROS, 2005, p.7)

A mudança da escala de análise é fundamental para a definição da micro-história. A redução de escala é um procedimento analítico e sua aplicação pode se dar em qualquer lugar, independente do objeto analisado. É uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Acredita-se que a observação microscópica revelará fatores que não foram observados.

Ela (*a micro-história*) afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. (REVEL, 1998, p.20)

A redução da escala é uma operação experimental justamente devido a esse fato, porque ele presume que as delimitações do contexto e sua coerência são aparentes, e revela aquelas contradições que só aparecem, quando a escala de referência é alterada. (LEVI, 1992, p.155)

A discussão sobre a criação e o funcionamento da *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* coteja diferentes searas. Esta instituição escolar não se esgota com uma análise apenas econômica, ou política, ou cultural e o que vem ao encontro com a proposta da

História Social, mas ao mesmo tempo tem uma dinâmica própria que só pode ser analisada quando reduzimos a escala de observação.

A micro-história será, portanto, “o norte”, a forma de abordar este objeto de estudo, além de eleger o campo da sociologia através da obra de Norbert Elias para dialogar com as fontes. O autor trata da relação entre poder, comportamento, emoção, envolvendo conhecimento sociológico, psicológico, antropológico e histórico. A principal obra a ser tratada será o livro *O processo civilizador*, pois nos apresenta a teoria dos processos de civilização e a teoria do controle das emoções.

Os conceitos de indivíduo e sociedade, para Elias, não são instâncias separadas e/ou antagônicas, mesmo porque não existe sociedade sem indivíduos e nem indivíduos que não formem sociedade; portanto, a teoria dos processos de civilização tem como base a defesa que toda e qualquer transformação ocorrida na estrutura da personalidade do indivíduo produz transformações na estrutura social em que o indivíduo está inserido. E o contrário também acontece, ou seja, as transformações que acontecem constantemente nas sociedades produzem alterações nas estruturas de personalidade dos seres individuais que a compõem. O processo de civilização da sociedade ocidental desenvolve-se da constante correspondência entre as modificações das estruturas de personalidade e as alterações das estruturas sociais, sem que possamos identificar um ponto inicial para esse processo.

A estrutura do comportamento humano considerado civilizado está ligada com o desenvolvimento da estrutura das sociedades modernas, os Estados Nacionais. Para Elias, a civilização é o resultado de um processo de mudanças no nível de controle das emoções, visto que o mesmo está intimamente relacionado com o grande grau de entrelaçamento e interdependência entre as pessoas que fazem parte da sociedade. O nível de controle das emoções de qualquer sociedade, portanto, é proporcional ao grau de civilidade dessa sociedade distanciando-se da barbárie. O controle pode ser percebido de duas formas: o individual, na forma de autocontrole; e o controle social das emoções, na forma de código de conduta e de um padrão de comportamento.

É, portanto possível à convergência da teoria de Elias na compreensão do desenvolvimento do processo educacional brasileiro no final do século XIX, pois segundo Gondra,

Educar e civilizar são ai representados como atos solidários. Dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir para os indivíduos um futuro novo, regenerado, sem vícios, grandioso, para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado... (GONDRA, 2004, p.22)

Gondra (2004) afirma que o século XIX, no Brasil, foi o século da “invenção” da forma escolar moderna, um modelo de intervenção na ordem social que separou crianças, jovens e adultos de seus núcleos sociais e dias do ano, seguindo uma rotina programada para cada dia, implicando na submissão dessa população à autoridade de um ou mais professores, sob cuja responsabilidade repousava (e repousa) a divulgação de saberes bem determinados, a partir de uma sequência prevista, com base nos procedimentos igualmente calculados. A escola seria – até nossos dias - o ambiente privilegiado para a apreensão dos códigos de uma sociedade civilizada. Nesta direção, os estudos de Gondra serão muito valiosos para a compreensão dos discursos e ações visando os processos de civilização pretendidos para a sociedade brasileira no século XIX.

A Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz foi criada no período de discussões e ações acerca da educação, principalmente em relação a educação do negro, pois a sociedade brasileira estava debatendo sobre o fim da escravidão. Fonseca (2002) afirma que

Nos debates que ocorreram entre 1867 e 1871, encontramos a valorização da educação dos negros e toda a contradição oriunda dessa valorização, pois expressava o posicionamento de uma sociedade em que a educação em moldes escolares, por si só, era um privilégio. (FONSECA, 2002, p.45)

A educação foi eleita nas discussões como o instrumento privilegiado capaz de construir o perfil ideal para os negros em uma sociedade livre, introduzindo-os nas regras de civilidade e garantindo sua permanência nos postos de trabalho mais baixos e que não subverteriam a ordem social já instalada. Talvez por este motivo esta instituição tenha um caráter de aprendizagem voltada para o trabalho, para a formação de mão de obra. Os trabalhadores seriam iniciados nas regras da sociedade elitista, hierarquizada e com elites brancas como no caso do Brasil, procurando diminuir os conflitos que poderiam gerar a grande quantidade de negros ou mesmo brancos pobres nas cidades.

Além dos autores citados temos a ajuda valiosa de autores como Alessandra Schueler, Luiz Antônio Cunha, Maria Cristina Gomes Machado, Demerval Saviani, Marcus Vinícius da Fonseca, José Murilo de Carvalho, dentre outros. Todos esses autores ajudam a configurar o cenário do final do século XIX em relação à rede escolar, as mudanças sociais e a importância que o ensino profissional vai adquirindo.

## Considerações Finais

Procuramos neste texto expor os passos para a construção de uma pesquisa. Primeiro nos aproximando e nos interessando do tema a ser estudado. Segundo, a busca de fontes visando concretizar a possibilidade ou não do estudo de um tema. Talvez a parte mais cansativa, mas também muito instigante, do processo de pesquisa. E por fim, a construção de um referencial teórico que nos permitirá pensar este tema através do “olhar” de uma teoria e de uma metodologia. “Olhar” este que é apenas mais um dentre uma infinidade de outras possibilidades, que expõe o quanto estes estudos são parciais.

## Notas

1. A Companhia Imobiliária de Petrópolis é uma instituição pertencente à Família Real e que tem o objetivo de gerenciar a venda e o pagamento do laudêmio, ou seja, o pagamento de uma taxa sobre a venda de todos os imóveis da região central da cidade de Petrópolis/RJ. A taxa corresponde a 2,5% do valor do imóvel vendido.
2. Através da biografia de Octávio Tarquínio de Sousa (magistrado do TCU) que era filho do Dr. Tarquínio de Sousa Filho é possível saber que ele foi advogado, professor de direito e publicista. (Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em 02 de Julho de 2012).
3. Jornal do Commercio – 26/08/1885.
4. Após a Guerra do Paraguai, D. Pedro II doou o bronze da estátua equestre que seria erguida em sua homenagem para a construção de escolas. As escolas construídas, ficaram conhecidas como “Escolas do Imperador”, caracterizando-se pela imponência que resulta da escola e da implantação e pela nobreza em seu acabamento e materiais. As escolas do Imperador são oito no total e foram fundadas na década de 1870. São elas: 1- Escola de São Cristóvão – Escola Municipal Gonçalves Dias; 2- Escola São Sebastião; 3- Escola da Freguesia de São José; 4- Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea (Escola Municipal Luiz Delfino); 5- Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (Colégio Estadual Amaro Cavalcanti); 6- Escola da Freguesia de Santa Rita (Escola Profissional Feminina e, atualmente, Centro Cultural José Bonifácio); 7- Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (Escola Municipal Orsina da Fonseca) e 8- Escola da Freguesia de Sant’Anna (Escola Municipal Rivadávia Corrêa). Todas gerenciadas no século XIX pela municipalidade e recursos de particulares. (MORAES, 2009)

5. Regulamento para a *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*, 1885.
6. Segundo Lima (2003), o censo geral em 1872 (no sentido de uma contagem dos habitantes) foi único no período imperial - apesar das várias tentativas anteriores demonstrarem a preocupação com essa questão. É interessante notar que a partir de 1872, o conceito “raça” assume importância nos censos. O Censo de 1872 inclui o registro da cor, talvez devido as discussões acerca da abolição da escravidão no território brasileiro e da Lei do Ventre Livre, que vinha sendo discutida no ano de 1870, que tornava imprescindível conhecer a população escrava e as crianças que seriam atendidas pela educação primária. Por este motivo, privilegiei a análise do censo de 1872 nesta dissertação.
7. Deve-se destacar que com a Lei do Ventre Livre, os escravos da Casa Imperial foram libertados, pois o artigo 6 da lei o determinava. Mas em Santa Cruz, as terras também eram arrendadas e esses possuíam escravos. Talvez este motivo justifique o número pequeno de escravos na Fazenda em 1872. (Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/>. Acesso em 03 de julho de 2012).

## **Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989. (Série Memórias da Educação Brasileira)
- BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH – Revista de História da UFOP*. nº 15, 2005.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. S.l.: Publicações Europa-América, 1987. (Coleção Saber, 59)
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 45-59.

CUNHA, Luiz Antônio Cunha. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 2: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp 143-180.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

GONDRA, José Gonçalves. *Arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

KARMAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. “A memória evanescente”. In: PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 9-28.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: *História e Memória*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios). pp. 535-549.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. (Biblioteca básica).

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*. Escravidão. São Paulo, v. 8, nº 16, mar/ago, 1988. pp. 37-55.



NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: São Paulo: Publifolha. 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (História & ... Reflexões, 10)

SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XIX*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea)

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SCHWARCS, Lilia Moritz. *D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.), FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.) e VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção Historial, 6)

DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Consultado em Agosto de 2012.

SOUZA FILHO, Tarquinio de. *O ensino tecnico no Brasil*. Rio de Janeiro Imprensa Nacional. 1887. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/242353/1/000032665.pdf>. Consultado em Julho de 2012.

Recenseamento do Brazil em 1872. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%20E9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%20E9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil). Consultado em Julho de 2012.